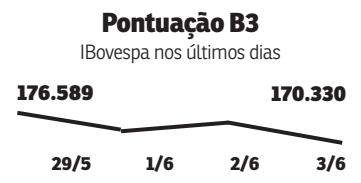
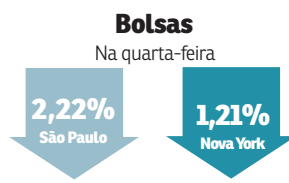




8 • Correio Braziliense — Brasília, quinta-feira, 4 de junho de 2026



Na quarta-feira

**R\$ 5,066**  
(+ 1,14%)

**Dólar**

Últimos

28/maio	5,031
29/maio	5,042
1/junho	5,022
2/junho	5,009

**Salário mínimo**

**R\$ 1.621**

**Euro**  
Comercial, venda na quarta-feira

**R\$ 5,877**

**CDI**  
Ao ano

**14,40%**

**CDB**  
Prefixado 30 dias (ao ano)

**14,34%**

**Inflação**  
IPCA do IBGE (em %)

Dezembro/2025	0,33
Janeiro/2026	0,33
Fevereiro/2026	0,70
Março/2026	0,88
Abril/2026	0,67

## ORÇAMENTO

# Corte pressiona agências e ameaça fiscalização

Aperto de R\$ 22,1 bilhões atinge ANTT, Aneel e Anac e compromete operações de controle de setores estratégicos de infraestrutura

» RAFAELA GONÇALVES

SINTRARC/ Agência Senado



A ANTT foi a agência mais afetada pelo ajuste de contas que o governo fez para se manter dentro da meta fiscal: corte chegou a R\$ 57 milhões

O bloqueio linear de cerca de 18% do orçamento das agências reguladoras federais acendeu um alerta no setor de infraestrutura e energia ao impactar diretamente atividades de fiscalização, investimentos em tecnologia e a prestação de serviços à população. A medida integra o contingenciamento de R\$ 22,1 bilhões no Orçamento de 2026, anunciado pelo governo federal, no fim de maio.

Apesar do papel estratégico em diversos setores da economia, essas autarquias vêm sendo submetidas a sucessivos cortes orçamentários nos últimos anos, o que tem reduzido a capacidade de atuação e enfraquecido as estruturas institucionais.

O cenário faz parte de um histórico mais amplo de fragilização dos órgãos de regulação no país, marcado por restrições recorrentes, limitações operacionais e orçamentos frequentemente defasados.

Entre os reguladores mais afetados pelo contingenciamento recente está a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que acumula, neste ano, um bloqueio de aproximadamente R\$ 57 milhões. Segundo o diretor-geral da autarquia, a medida coloca em risco a execução de ações consideradas estratégicas para os próximos meses, incluindo o cronograma de leilões de concessões de rodovias, a fiscalização do transporte de passageiros e de cargas, e projetos de modernização tecnológica.

Na Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a restrição orçamentária chega a R\$ 34,3 milhões e já apresenta reflexos operacionais. De acordo com a agência, o corte pode reduzir as atividades de fiscalização realizadas por equipes próprias, em razão da limitação de recursos para deslocamentos e pagamento de diárias. Também estão sob risco as fiscalizações descentralizadas realizadas em parceria com 16 agências reguladoras estaduais conveniadas.

Em nota, a Aneel alertou que o cenário se agrava diante do histórico recente de restrições sucessivas. “Nos últimos anos, essas instituições vêm acumulando perdas significativas de capacidade operacional, mesmo diante do aumento de suas atribuições legais e da crescente complexidade dos setores regulados”, afirmou.

A agência também destacou

### Anvisa manda recolher lote de água Crystal

Reprodução

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) determinou o recolhimento da água mineral natural sem gás da marca Crystal (lote LZ1 VAL200127 3 P 200126), envazada pela Mineração Bom Jesus. A medida foi tomada após o Laboratório Central de Saúde Pública do DF (Lacen) identificar a presença da bactéria *Pseudomonas aeruginosa* em amostras do produto coletadas em uma fiscalização de rotina da Vigilância Sanitária do DF. De acordo com a fabricante, 374,4 mil garrafas de 500ml produzidas em 20 de janeiro de 2026 com validade até 20 de janeiro de 2027 foram distribuídas, principalmente, para revendas do DF e Entorno.



que limitações em infraestrutura e tecnologia da informação comprometem processos considerados

críticos, reduzem a produtividade e podem gerar atrasos com efeitos em todo o setor elétrico, além

de adiar projetos de modernização. “É importante destacar que a discussão não se limita a uma

questão administrativa ou fiscal. Trata-se de uma questão de Estado”, reforçou a Aneel.

“O enfraquecimento das estruturas regulatórias impacta diretamente a capacidade do poder público de assegurar serviços de qualidade à população, preservar a confiança dos investidores, garantir a execução de contratos de longo prazo e manter a previsibilidade regulatória indispensável para o ambiente de negócios brasileiro”, acrescentou.

Na Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), o bloqueio de R\$ 24 milhões deve provocar uma redução imediata de cerca de 40% nas ações de fiscalização, afetando a supervisão de companhias aéreas, aeroclubes e oficinas de manutenção aeronáutica.

### Impacto em cadeia

A organização não governamental (ONG) Instituto Acende Brasil também manifestou preocupação com os impactos do bloqueio. Em nota, a entidade

### Principais bloqueios

- » Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT): **R\$ 57 milhões**
- » Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA): **R\$ 44,9 milhões**
- » Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS): **R\$ 34,2 milhões**
- » Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel): **R\$ 34,3 milhões**
- » Agência Nacional de Aviação Civil (Anac): **R\$ 24 milhões**

afirmou que a medida pode comprometer a qualidade da regulação e a segurança dos investimentos no país.

“As agências reguladoras desempenham papel essencial para o adequado funcionamento dos setores de infraestrutura, sendo responsáveis pela fiscalização de contratos, pela supervisão da prestação dos serviços públicos e pela preservação da estabilidade regulatória necessária à realização de investimentos de longo prazo”, destacou.

A entidade ressaltou ainda que a qualidade da regulação depende não apenas da autonomia das agências, mas, também, de recursos compatíveis com suas atribuições. “Limitações orçamentárias recorrentes reduzem a capacidade de fiscalização, atrasam processos regulatórios, comprometem a modernização tecnológica e enfraquecem mecanismos de acompanhamento de concessões e autorizações”, afirmou.

Segundo o instituto, o cenário é especialmente sensível diante da necessidade de ampliar investimentos em infraestrutura. “Investidores nacionais e estrangeiros dependem de instituições regulatórias fortes, técnicas e previsíveis para tomar decisões de alocação de capital em projetos de longo prazo”, explicou.

A entidade alerta ainda para impactos mais amplos na economia. “Pode gerar custos significativos para a sociedade, elevando os riscos regulatórios, reduzindo a segurança jurídica e comprometendo a eficiência dos processos de supervisão e controle”, concluiu a ONG.

## CRÉDITO

# Desenrola reduz estoque de dívidas de R\$ 20 bi para R\$ 3 bi

» PEDRO JOSÉ\*

A ministra-chefe da Casa Civil, Miriam Belchior, apresentou, na reunião ministerial de ontem, um balanço dos primeiros resultados do programa Novo Desenrola Brasil. Foram renegociadas 1,4 milhão de operações, com descontos médios de 85% sobre os débitos originais.

O volume total das dívidas renegociadas, segundo a ministra, caiu de R\$ 20 bilhões para menos de R\$ 3 bilhões nos primeiros 24 dias do programa. “Mais da metade (das operações negociadas), 854 mil,

com o desconto obtido, pode partir à vista a dívida”, destacou ela.

O Desenrola Fies, por sua vez, contabilizou 82 mil negociações nos primeiros 13 dias de operação, com abatimento médio de 80%. As versões voltadas para empresas e produtores rurais registraram, respectivamente, 85 mil e 28 mil contratos renegociados.

O governo federal prevê, ainda, o lançamento do Desenrola Adimplentes, destinada a consumidores que mantêm seus compromissos financeiros em dia, mas enfrentam dificuldades para sustentar os

pagamentos. Segundo Belchior, a proposta busca “ajudar quem paga em dia as suas prestações, mas sua muito para fazer isso, e que também precisa ter melhoradas as suas condições”.

Além das ações de renegociação de crédito, a ministra apresentou um panorama das principais políticas públicas em andamento. Na área habitacional, o programa Minha Casa Minha Vida alcançou a marca de 2,4 milhões de unidades contratadas, superando a meta inicial estabelecida pelo governo. A expectativa é atingir 3 milhões de

contratos até o fim de 2026.

Em infraestrutura, a ministra informou que o Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC) ultrapassou 90% de execução das metas previstas até março, resultado que, segundo ela, demonstra a capacidade de coordenação e implementação dos investimentos públicos.

Na saúde, a ministra destacou os resultados do programa Agora Tem Especialistas. Atualmente, 81 carretas itinerantes estão em operação no país, com 78 mil pessoas atendidas em dois meses. De acordo com o balanço apresentado, a

combinação da força-tarefa com a rede permanente de atendimento eliminou a fila para exames de mamografia e cirurgias de catarata em 36 regiões de saúde distribuídas por 16 estados.

A área ambiental também foi citada entre os avanços do governo. Belchior comemorou o registro da menor área desmatada na Amazônia dos últimos seis anos, resultado atribuído à atuação integrada entre diferentes ministérios e órgãos federais.

A ministra também ressaltou avanços significativos na área social

e trabalhista, celebrando a recente entrada do Brasil no seletor grupo de países com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de nível “muito alto”. Para ela, uma vitória na luta contra a desigualdade social. Ela também destacou a aprovação, na Câmara dos Deputados, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que acaba com a escala de trabalho 6x1; da extinção da chamada “taxa das blusinhas” e da expressiva redução das filas do INSS.

\*Estagiário sob a supervisão de Vinicius Doria